



Nível de Divulgação dos Ativos Biológicos e seus Fatores Determinantes: Análise com empresas Argentinas e Brasileiras

Robson Batista da Silva

Mestrando em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná

Leticia de Mari Meneguim

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina

Thaila Mikaele Farias Martins

Universidade Estadual de Londrina

Vitor Hideo Nasu

Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Brasil (2017).

Monitor da Universidade de São Paulo, Brasil.

Daniel Ramos Nogueira

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Brasil (2014).

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

Resumo

O objetivo do presente estudo foi analisar os determinantes do nível de divulgação dos ativos biológicos de empresas da Argentina e do Brasil. A amostra total foi composta por 31 empresas, sendo 9 argentinas e 22 brasileiras. Análises descritivas dos níveis de divulgação e modelos de regressão múltipla foram as técnicas de análise de dados utilizadas. Dentre os resultados, de forma geral, as empresas brasileiras (média = 55,23%) apresentaram maiores índices de divulgação do que as argentinas (média = 41,49%). Os resultados da regressão apontaram que a representatividade do ativo biológico, os stakeholders internacionais e a presença de governança corporativa exercem influência positiva sobre o nível de divulgação. Em particular, não houve diferença material de divulgação entre empresas brasileiras e argentinas. Portanto, os achados amplificam e reforçam a literatura prévia, em especial a da relação entre o nível de divulgação e representatividade dos ativos biológicos.

Palavras-chave: Ativo biológico. Divulgação. IAS 41. Brasil. Argentina.

Disclosure Level of Biological Assets and its Determinant Factors: An Analysis of Brazilian and Argentinian Public Companies

Abstract

The aim of this study was to analyze the determinant factors of the disclosure level of the biological assets of Brazilian and Argentinian companies. The total sample consisted of 31 companies, 9 from Argentina and 22 from Brazil. Descriptive analysis of disclosure levels and multiple regression models were the data analysis techniques used. Among the results, in general, Brazilian companies (average = 55.23%) had higher disclosure levels than Argentine

companies (average = 41.49%). The results of the regression models indicated that the representativeness of biological assets, international stakeholders, and the presence of corporate governance have a positive influence on the disclosure level. In particular, there was no material difference in the disclosure level between Brazilian and Argentine. Therefore, the findings amplify and reinforce the previous literature, especially the relationship between the level of disclosure and representativeness of biological assets.

Keywords: Biological asset. Disclosure. IAS 41. Brazil. Argentine.

Recebimento: 06/05/2021 **Aprovação:** 07/05/2021

1. Introdução

O processo de harmonização das normas contábeis tem como um dos principais marcos a criação do *International Accounting Standards Board* (IASB) em 2001 que redesenhou substancialmente o mapa mundial das informações financeiras empresariais (ZEFF, 2014).

Com relação ao mercado de capital mundial, Ball (2006, p. 15) afirma que, “um único conjunto de normas internacionais aumentará a comparabilidade das informações contábeis financeiras e deve tornar a alocação de capital por meio das fronteiras mais eficiente”.

No Brasil, esse processo de harmonização às IFRS começou com o surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.055/2005. A obrigatoriedade no país teve início mediante a Lei 11.638/2007, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.

Na Argentina, o processo de implantação das normas internacionais iniciou por intermédio da Resolução técnica 26 da *Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas* (FACPE) de 2009 que passou a ser obrigatória no ano de 2011 (MORALES, 2010).

Dentre as semelhanças econômicas entre Brasil e Argentina está a exportação de produtos agrícolas. Ambos são os maiores exportadores de produtos agrícolas da América Latina. Em 2017, o Brasil foi responsável por exportar 87.834,3 milhões de dólares em produtos agrícolas e a Argentina por 35.582,7 milhões de dólares (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2017).

As normas contábeis aplicáveis ao setor agrícola surgiram em abril de 2001, momento no qual o IASB adotou a *International Accounting Standard* (IAS) 41 – *Agriculture*, que fora originalmente emitida pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) em fevereiro de 2001. Em dezembro de 2003, o IASB emitiu a IAS 41 revisada como parte de sua agenda inicial de projetos técnicos. Essa norma, na Argentina, foi adotada por meio da *Normas*

Internacionales de Contabilidad (NIC) 41 - Agricultura e, no Brasil, pelo CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

A contabilidade, por meio de relatórios próprios, tem como objetivo fornecer aos usuários, internos e externos, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deve atender igualmente às necessidades dos investidores existentes e futuros, bem como às dos credores, quando da tomada de decisão (IUDÍCIBUS, 2000).

Nesse contexto, a contabilidade, principal sistema de informação da empresa, dispõe de instrumentos de divulgação capazes de transmitir a informação contábil aos usuários a que se destina, dentre os quais se destacam: o Relatório Anual, o Relatório de Sustentabilidade, o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas explicativas (UHLMANN; SOUZA; LUNKES, 2011).

Sendo um dos principais objetivos da contabilidade o de fornecer informações úteis a seus usuários, é essencial ressaltar a divulgação (*disclosure*) das demonstrações contábeis (ROVER; MURCIA, 2010), meio pelo qual o referido objetivo é atingido. O *disclosure* pode ser entendido como o principal elo entre as companhias e diversos interessados no desempenho delas e, por consequência, é responsável pela diminuição da assimetria informacional, demonstrando os resultados alcançados pela empresa para aqueles que têm interesse nesses resultados (FARIAS et al., 2016).

Considerando a representatividade do setor de agronegócio para as economias argentina e brasileira e da importância da divulgação da informação financeira, o presente trabalho tem o objetivo de entender quais são os fatores que impactaram a divulgação da IAS 41 nas empresas de capital aberto da Argentina e do Brasil em 2017. Desta forma, a questão de pesquisa formulada é a seguinte: Quais os fatores que impactaram o *disclosure* da IAS 41 nas empresas de capital aberto da Argentina e Brasil em 2017?

Considerando que o *disclosure* reduz a assimetria de informações entre usuários internos e externos, é crucial entender que fatores o influencia (FARIAS et al., 2016). Em particular, os fatores que serão analisados no trabalho são: a representatividade do ativo biológico, o tamanho da empresa (PIRES et al., 2017; MOURA et al., 2016; NOGUEIRA; PIRES, 2017; GONÇALVES; LOPES, 2014), endividamento (PIRES et al. 2016; MOURA et al., 2016), liquidez corrente (LIMA, 2018), rentabilidade (PIRES et al., 2016; MOURA et al., 2016), governança corporativa (MOURA et al., 2016), auditoria big four (GONÇALVES; LOPES, 2014), stakeholders internacionais (GONÇALVES; LOPES, 2014) e o país da empresa.

O estudo justifica-se pela escassez de trabalhos que analisam a comparabilidade de divulgação de países da América Latina, normalmente as pesquisas encontradas relacionam o Brasil com países Europeus ou Anglo-Saxônico. O trabalho busca contribuir com a literatura ao trazer evidências mais recentes sobre o nível de divulgação dos ativos biológicos, ressaltando os itens da IAS 41 que mais se destacaram. Em adição, complementa estudos anteriores ao tentar compreender seus fatores determinantes, particularmente nos mercados de capitais brasileiro e argentino.

2. Referencial Teórico

2.1 Ativos Biológicos

Silva et al. (2013) relatam que, antes da norma internacional, as orientações ao setor agrícola eram fornecidas pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), o *Canadian Institute of Chartered Accounting* (CICA) e o *Plan Comptable Général Agricole* (PCGA), os quais instruíam que fosse utilizado o custo histórico como base de mensuração dos ativos biológicos.

De acordo com Arimany, Farreras e Rabaseda (2013), o IAS 41 começou a ser planejado em 1994 para dar um tratamento contábil específico à atividade agrícola, entrando em vigor no ano de 2003, sendo obrigatório para a União Europeia a partir de 2005. Essa norma passou a vigorar no Brasil em 2010 e na Argentina no ano de 2011.

A IAS 41 é responsável pela avaliação dos ativos biológicos, sendo esses ativos animais ou plantas vivos considerados desde o nascimento/plantio até o seu ponto de abate/colheita. Após esse processo, passam a ser classificados como produto agrícola e a serem reconhecidos e mensurados pela IAS 2 – *Inventories* (correlata ao CPC 16 – Estoques) (PIRES et al., 2017).

Conforme Talaska e Oliveira (2016), o reconhecimento dos ativos biológicos pela IAS 41 ocorre através do valor justo menos as despesas com vendas, e, caso não possa ser utilizado o valor justo, se utiliza o valor de custo menos suas depreciações e perdas por irre recuperabilidades acumuladas.

Por possuírem características específicas, as plantas portadoras não recebem o tratamento contábil oriundo da IAS 41, mas da IAS 16 – *Property, Plant and Equipment* (CPC 27 – Ativo imobilizado no Brasil). De acordo com o CPC 29 (2009, p. 4):

As plantas portadoras são plantas vivas que: São utilizadas na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas; São cultivadas para produzir frutos por mais de um período; e têm uma probabilidade remota de serem vendidas como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.

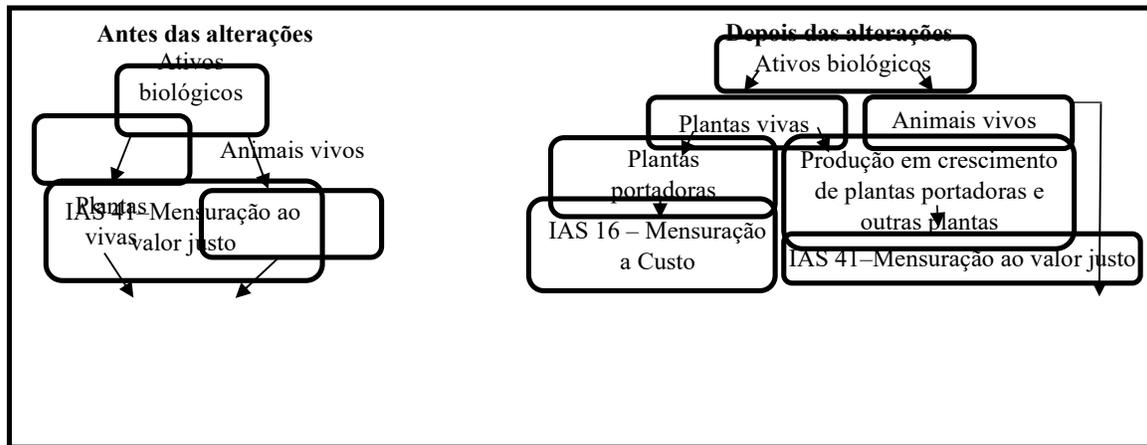


Figura 1 - Exemplificação da alteração na IAS 41, após a retirada das plantas portadoras.
Fonte: Silva (2017).

Consoante Nogueira e Pires (2017), após a empresa reconhecer o ativo biológico em sua demonstração contábil, mensurá-lo pelo valor justo ou pelo custo histórico, ainda cabe à ela fornecer informações adicionais sobre os mesmos para que os usuários da informação contábil possam tomar decisões mais apuradas, conforme os seus interesses.

2.2 Teoria do *Disclosure*

O *disclosure* pode ser entendido como uma obrigação intransferível da contabilidade para os seus usuários e com os próprios objetivos da profissão e da atividade contábil, devendo apresentar informações de cunho tanto quantitativo como qualitativo, propiciando aos usuários uma base adequada, justa e plena de informações (IUDÍCIBUS, 2004).

O tema *disclosure* é de alta relevância para a discussão corporativa, visto que é uma das formas mais importantes de comunicação entre gestores e os *stakeholders* da empresa, a fim de reduzir a assimetria informacional (LANZANA, 2004).

Consoni e Colauto (2016) relatam que há dois canais de divulgação corporativa, a divulgação obrigatória (compulsória) e a divulgação voluntária, por meio das quais a informação é disseminada ao mercado. A primeira representa todas as obrigações legais ou estatutárias de evidenciação, ao passo que a segunda visa aumentar a visibilidade e a valorização da empresa no que diz respeito a um público-alvo.

Com relação ao mercado de capitais, o *disclosure* é essencial para a avaliação das oportunidades de investimentos em uma economia no papel de auxiliar investidores a alocarem seus recursos de forma mais eficiente entre as diferentes opções disponíveis no mercado de capitais (BUSHMAN; SMITH, 2003). O *disclosure* de maneira voluntária é uma das formas da empresa se diferenciar das demais no mercado de capitais, em relação à apresentação dos desempenhos, estratégias, visão de mercado, diferenciais competitivos, novos programas, entre outros (BUSHMAN; SMITH, 2003).

Healy e Palepu (2001) citam que, no contexto do mercado de capitais, um desafio para qualquer economia é a ótima alocação da poupança para ter oportunidade de investimento, existindo no mercado muitos empreendedores em busca de capital para finalizar as suas ideias. O empreendedor sendo o detentor das informações do negócio, às vezes acaba superestimando sua ideia, ocasionando desse modo a assimetria entre suas informações e o mercado.

A teoria do *disclosure*, pode ser compreendida como a corrente teórica capaz de explicar a evidenciação de informações feita pelas empresas, com o intuito de apresentar a determinado grupo de usuários algo sobre certo viés empresarial (SILVA; VIANA JUNIOR; LIMA, 2017).

Verrechia (2001) classifica os estudos em Teoria de Divulgação em três categorias de pesquisa sobre a divulgação em contabilidade: (i) divulgação baseada na associação; (ii) divulgação baseada em julgamento; (iii) divulgação baseada na eficiência. A partir das categorias de Verrechia (2001) o presente estudo se enquadra na categoria divulgação baseada em julgamento, uma vez que objetiva tratar das motivações do *disclosure*, considerando o comportamento dos agentes que divulgam e dos que retém, sendo utilizado variáveis que possam explicar o nível de *disclosure* já existente e conhecida pela entidade divulgadora.

2.3 Pesquisas semelhantes

Gonçalves e Lopes (2014) tiveram como objetivo explorar o nível de conformidade das empresas com a divulgação exigida pelas IFRS sobre ativos biológicos e explorar fatores que poderiam influenciar no nível de conformidade de divulgação. A amostra compreendeu 181 empresas de diversos países que adotavam as IFRS até 2010. Concluiu-se que a Representatividade dos ativos biológicos, concentração de propriedade, tamanho, tipo de auditor e stakeholders internacionais apresentaram influência positiva no nível de *disclosure* dos ativos biológicos.

Moura et al. (2016) visaram verificar os fatores explicativos do nível de conformidade da divulgação contábil requerida para os ativos biológicos das empresas listadas na BM&F Bovespa durante o período de 2012 a 2014. A amostra foi constituída de 20 entidades brasileiras de capital aberto que apresentaram saldo nas contas de ativos biológicos e/ou produtos agrícolas. Constatou-se que apenas as variáveis: representatividade dos ativos biológicos e auditoria por *Big Four* apresentaram influência significativa, sendo que as outras variáveis (tamanho da empresa, governança corporativa, endividamento e rentabilidade) não apresentaram influência relevante.

A pesquisa de Pires et al. (2016) analisou a associação entre o índice de evidenciação das informações recomendadas pelo CPC 29 e o grau de concentração de propriedade, considerando 25 empresas brasileiras que exploraram ativos biológicos de 2011 a 2015. Concluiu-se que as variáveis: rentabilidade do patrimônio líquido e controle acionário não apresentaram influência significativa sobre o índice de evidenciação. Já as variáveis que tiveram influência no índice de divulgação foram: Representatividade do ativo biológico, tamanho da empresa, endividamento, liquidez acionária e negociabilidade acionária.

O trabalho de Nogueira e Pires (2017) visou avaliar os principais fatores que afetam a evidenciação das informações relacionadas aos ativos biológicos. Para tanto, foram obtidos dados de uma amostra de 20 empresas durante os anos de 2010 a 2015, com saldo de ativos biológicos. Os resultados indicaram que as variáveis: tamanho, representatividade dos ativos biológicos e vigência da OCPC07 têm relação positiva com o *disclosure* dos ativos biológicos.

3. Metodologia

O objetivo do presente trabalho classifica-se como descritivo uma vez que analisa o *disclosure* compreendido pela IAS 41 das empresas de capital aberto da Argentina e do Brasil em 2017. A pesquisa é descritiva pois procura identificar a relação entre a divulgação dos ativos biológicos e os fatores descritos no artigo. “A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno por meio do estabelecimento de variáveis (...) uma das suas características mais significantes está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (GIL, 2009, p. 28).

Quanto ao procedimento, considera-se documental, dado que “a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos etc. – mas busca material que não foi editado” (MARTINS; THEÓPHILO, 2016,

p. 88). Desta forma, o trabalho é desenvolvido com base em documentos primários, utilizando-se de publicações sites oficiais das bolsas de valores e das comissões de valores da Argentina e do Brasil no ano de 2017.

A pesquisa aborda alguns pontos de divulgação de informações das empresas, com foco nos ativos biológicos. Para isso, foi utilizado um checklist, que está em conformidade com divulgação demandada pela IAS 41, como reporta o Quadro 1.

Quadro 1 – Checklist fundamentado na divulgação do IAS 41

40	A entidade divulgou o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?
41	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?
42	A divulgação forneceu descrição dissertativa?
a)	
42	A divulgação forneceu descrição quantitativa?
b)	
43	A entidade forneceu descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado?
a)	
43	A entidade pode, além disso, dividir aquele total entre ativos maduros e imaturos. Essas distinções podem ser úteis na determinação da influência do tempo no fluxo de caixa futuro. A entidade deve divulgar a base para realizar tais distinções.
b)	
46	As demonstrações contábeis devem divulgar, caso isso não tenha sido feito de outra forma:
46	a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos.
a)	
46	mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas: de cada grupo de ativos biológicos no final do período; e/ou da produção agrícola durante o período.
b)	
49	A entidade divulgou:
49	a existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades?
a)	
49	o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?
b)	
49	as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?
c)	
50	A entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?
50	ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda?
a)	
50	aumento devido às compras?
b)	
50	reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
c)	
50	reduções devidas às colheitas;
d)	
50	aumento resultante de combinação de negócios;
e)	
50 f)	diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade;

50 g)	outras mudanças
51	A entidade divulgou, por grupo, ou de outra forma, o total da mudança no valor justo – a despesa de venda, incluído no resultado, referente as mudanças físicas e de preços no mercado?
52	Qual dessas transformações biológicas resultaram nas mudanças físicas: crescimento, degeneração, produção e procriação?
53	A entidade divulgou um item material de receita e despesa referente a riscos climáticos, doenças e outros riscos naturais?
54	Se a entidade mensurou ativos biológicos pelo custo menos qualquer depreciação e perda do valor recuperável acumuladas no final do período, então divulgou:
54 a)	uma descrição dos ativos biológicos?
54 b)	uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?
54 c)	se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de encontrar o valor justo?
54 d)	o método de depreciação utilizado?
54 e)	a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?
54 f)	o total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e no final do período?
56	Se o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade deve divulgar:
56 a)	uma descrição dos ativos biológicos?
56 b)	uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável?
56 c)	o efeito da mudança?
57	A entidade divulgou sobre a subvenção governamental?
57 a)	a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?
57 b)	condições não atendidas e outras contingências associadas com a subvenção governamental?
57 c)	e por fim, as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?

Fonte: Adaptado do IAS 41 (2001).

A fim de analisar os itens apresentados anteriormente, foram empregados os seguintes critérios: “N.A.”, “0” e “1”. O “N.A.” foi utilizado para os itens da IAS 41 que “Não se Aplicam” às empresas. Para os itens que se aplicam às empresas, foram utilizados “0” para os itens não divulgados e “1” para os itens divulgados. O nível de divulgação é a razão entre o somatório de Sim e o somatório de Sim + Não (PIRES et al., 2016).

Quanto a abordagem do trabalho, ela é quantitativa pois faz uso de técnica estatística para executar a análise dos dados. Mais especificamente, utiliza-se a regressão linear, que permite a investigação da relação entre uma ou mais variáveis explicativas e uma variável de

resposta quantitativa (FÁVERO; BELFIORE, 2017). O modelo de regressão, desenvolvido a partir da literatura prévia, é dada pela Equação (1):

$$DAB_i = \beta_0 + \beta_1.RAB_{1i} + \beta_2.TAM_{2i} + \beta_3.END_{3i} + \beta_4.LIQ_{4i} + \beta_5.INT_{5i} + \beta_6.ROE_{6i} + \beta_7.GOV_{7i} + \beta_8.AUD_{8i} + \beta_9.PAI_{9i} + \varepsilon_i \quad (1)$$

A variável DAB é a variável de resposta, a qual representa o percentual de divulgação dos ativos biológicos obtido pelo *checklist* apresentado anteriormente. A variável explicativa RAB é a representatividade dos ativos biológicos (saldo de ativo biológico dividido pelo ativo total) (PIRES; NOGUEIRA, 2017). A variável explicativa TAM é o tamanho da empresa, mensurada pelo ativo total das empresas em reais. Ressalta-se que o ativo total das empresas argentinas foi convertido para o dólar americano da data do fechamento dos balanços e, posteriormente, para o real brasileiro, a fim de facilitar a interpretação dos resultados. Desta forma, a variável TAM está em reais. A variável explicativa END é o endividamento, dado pela divisão entre o passível exigível e o patrimônio líquido (PIRES et al., 2016). A variável explicativa LIQ é a liquidez corrente, representada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante (LIMA, 2018). A variável INT é o *stakeholders* internacionais (vendas estrangeiras/vendas totais) (GONÇALVES; LOPES, 2014). A variável ROE é o retorno sobre o patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (MOURA et al., 2016). A variável explicativa GOV é a governança corporativa, sendo que 1 se a empresa possui governança corporativa e 0 caso contrário. A variável AUD é a auditoria por empresa *big four* (1 = sim; 0 caso contrário) (GONÇALVES; LOPES, 2014). A variável PAI representa onde a empresa está inserida (país), sendo 1 para empresa argentina e 0 para brasileira. Por fim, ε_i é o termo de erro.

A coleta de dados das empresas analisadas foi realizada a partir do acesso aos endereços eletrônicos (Argentina: www.cnv.gov.ar; Brasil: www.b3.com.br) da Comissão Nacional de Valores (Empresas Argentinas) e da Brasil, Bolsa, Balcão (Empresas Brasileiras). Foram extraídos para análise os relatórios anuais referentes ao ano de 2017. O trabalho teve como amostra as empresas que tinham ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) ou na *Bolsa y Mercados Argentinos* e possuíam saldo de ativos biológicos em seu balanço patrimonial.

4. Análise de Dados

A tabela 1 mostra o nível de divulgação das informações apresentado pelas empresas brasileiras e argentinas em 2017.

Tabela 1 – Conformidade com o *disclosure* da IAS 41 das empresas brasileiras e argentinas

Empresas Analisadas	Nível de <i>Disclosure</i>			(%) Conformidade
	1-Sim	2-Não	N.A	IAS 41 (%)
Empresas Brasileiras				
BRF S.A.	17	4	12	80,95%
BIOSEV S.A	14	4	15	77,78%
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	14	4	15	77,78%
JBS S.A.	16	5	12	76,19%
BRASILAGRO - CIA BRAS DE PRO. AGRICOLAS	14	5	14	73,68%
MINERVA S.A	13	5	15	72,22%
WLM IND. COM	13	6	14	68,42%
SLC AGRICOLA S.A	12	6	15	66,67%
FERBASA S.A.	12	6	15	66,67%
FIBRIA CELULOSE S.A	13	7	13	65,00%
CELULOSE IRANI S.A	12	7	14	63,16%
TERRA SANTA AGRO S.A.	11	7	15	61,11%
RAIZEN ENERGIA S.A	12	9	12	57,14%
TREVISA S.A.	10	8	15	55,56%
KLABIN S.A.	11	9	13	55,00%
SAO MARTINHO S.A	10	9	14	52,63%
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A	9	10	14	47,37%
DURATEX S.A.	8	10	15	44,44%
ITAUSA S.A.	8	11	14	42,11%
CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.	2	16	15	11,11%
KARSTEN S.A.	0	21	12	0,00%
GRAZZIOTIN S.A.	0	18	15	0,00%
Média das Empresas Brasileiras	10,5000	8,5000	14,0000	55,23%
Empresas Argentinas				
CELULOSA ARGENTINA S.A.	12	8	13	60,00%
CRESUD S.A.	10	9	14	52,63%
S.A. SAN MIGUEL	10	9	14	52,63%
CARLOS CASADO S.A.	10	9	14	52,63%
BODEGAS ESMERALDA S.A.	10	10	13	50,00%
MOLINOS JUAN SEMINO S.A.	7	11	15	38,89%
IMPORTADORA EXPORTADORA DE LA PATAGONIA S.A.	5	13	15	27,78%
INVERSORA JURAMENTO S.A.	4	14	15	22,22%
MOLINOS RIO DE LA PLATA S.A.	3	15	15	16,67%
Média das Empresas Argentinas	7,888889	10,88889	14,22222	41,49%
Média de Todas as Empresas	9,403226	8,919355	13,6129	49,46%

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa.

Pode-se verificar que as empresas brasileiras e argentinas que apresentaram maior divulgação da IAS 41 foram a BRF S.A., com 80,95%, e a CELULOSA ARGENTINA S.A., com 60%, respectivamente. Por outro lado, as que obtiveram os menores níveis de divulgação foram a KARSTEN S.A. e a GRAZZIOTIN S.A., ambas com 0% no Brasil. As únicas informações encontradas das empresas foram a quantidade de ativos biológicos no Balanço Patrimonial. Na Argentina, a empresa que teve o menor índice de *disclosure* dos ativos biológicos foi a MOLINOS RIO DE LA PLATA S.A., com 16,67%. Desta forma, observa-se que as empresas brasileiras possuem uma maior amplitude no seu nível de *disclosure*. A média das empresas brasileiras é maior do que as da Argentina, sugerindo que, de forma geral, o nível de divulgação das empresas brasileiras é maior.

Todas as empresas com nível de divulgação utilizaram para os ativos biológicos a mensuração ao valor justo; por isso, todas ficaram desobrigadas da aplicação do item 54, que refere-se à divulgação desses ativos quando mensurados ao valor de custo. Não houve indícios de mudança da mensuração dos ativos biológicos de valor de custo para valor justo, o que dispensou a divulgação do item 56 da IAS 41. O item 57 é referente a subvenção governamental, também não foi localizada nenhuma subvenção governamental relacionada à atividade agrícola, eximindo as empresas de tal item.

As empresas poderiam ser isentas da divulgação de mais alguns itens. Por exemplo, dos itens 50-C (caso não tiverem ativos biológicos a longo prazo mantidos para venda), o 50-E (desde que não apresente combinação de negócios relacionados a esses ativos) e o 50-F (se a empresa não tiver variação cambial relativa aos ativos biológicos). Na tabela 2 há os percentuais de divulgação dos itens da IAS 41, segregados em empresas brasileiras, argentinas e geral.

Tabela 2 – Nível de aplicabilidade dos itens da IAS 41 dos países em 2017

Item da IAS 41	Brasil	Argentina	Todas as Empresas
40	77,27%	44,44%	67,74%
42-A	90,91%	88,89%	90,32%
42-B	81,82%	88,89%	83,87%
43-A	40,91%	22,22%	35,48%
43-B	18,18%	0,00%	12,90%
46-A	90,91%	66,67%	83,87%
46-B	72,73%	55,56%	67,74%
49-A	22,73%	0,00%	16,13%
49-B	45,45%	44,44%	45,16%

49-C	36,36%	77,78%	48,39%
50	81,82%	44,44%	70,97%
50-A	72,73%	55,56%	67,74%
50-B	40,91%	33,33%	38,71%
50-C	18,18%	11,11%	16,13%
50-D	59,09%	0,00%	41,94%
50-E	13,64%	11,11%	12,90%
50-F	9,09%	44,44%	19,35%
50-G	40,91%	0,00%	29,03%
51	59,09%	44,44%	54,84%
52	59,09%	44,44%	54,84%
53	18,18%	11,11%	16,13%
54-A	0,00%	0,00%	0,00%
54-B	0,00%	0,00%	0,00%
54-C	0,00%	0,00%	0,00%
54-D	0,00%	0,00%	0,00%
54-E	0,00%	0,00%	0,00%
54-F	0,00%	0,00%	0,00%
56 A	0,00%	0,00%	0,00%
56-B	0,00%	0,00%	0,00%
56-C	0,00%	0,00%	0,00%
57-A	0,00%	0,00%	0,00%
57-B	0,00%	0,00%	0,00%
57-C	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa.

Conforme a tabela 2, é possível notar que os itens mais utilizados por empresas brasileiras em suas demonstrações foram os itens 42-A (A divulgação forneceu descrição dissertativa?) com 90,91%, 46-A (A natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos ?) com 90,91%, 42-B (A divulgação forneceu descrição quantitativa?) com 81,82% e 50 (A entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?) com 81,82%. Já os itens menos divulgados por empresas brasileiras foram os itens 50-E (Aumento resultante de combinação de negócios) com 13,64% e 50-F (Diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade) com 9,09%.

No que diz respeito às empresas argentinas, os itens mais divulgados foram o 42-A (A divulgação forneceu descrição dissertativa?) com 88,89%, o 42-B (A divulgação forneceu descrição quantitativa?) com 88,89% e o 49-C (As estratégias de administração de riscos

financeiros relacionadas com a atividade agrícola?) com 77,78%. Em contraste, os itens que obtiveram os menores índices de divulgação em empresas argentinas foram o 43-B (A entidade forneceu descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado?) com 0%, o 49-A (A existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades?) com 0%, o 50-D (Reduções devidas às colheitas) com 0% e o 50-G (Outras mudanças) com 0%.

Com relação a todas empresas analisadas, o item mais divulgado foi o 42-A (A divulgação forneceu descrição dissertativa?) com 90,32% e os menos divulgados foram os itens 43-B (A entidade forneceu descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado?) e 50-E (Aumento resultante de combinação de negócios) com 12,90%.

Após as análises do nível do *disclosure*, foi realizada a análise dos seus determinantes por meio de dois modelos de regressão múltipla a partir da Equação (1). O primeiro modelo foi chamado de “original” por apresentar todas as variáveis da Equação (1). O segundo modelo foi chamado de “stepwise” por apresentar somente as variáveis explicativas significantes. Para tanto, foi usado o procedimento Stepwise do software Stata. Salienta-se que a variável ROE foi retirada de ambos os modelos por possuir uma relação muito alta com a variável END, quando da observação do Variance Inflation Factor (VIF) e do teste de correlação. Para testar o pressuposto de normalidade dos resíduos, foi realizado o teste de Shapiro-Francia; para a heterocedasticidade, o teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg; e para avaliar a multicolinearidade; foi feito o VIF e correlações. Os resultados estão reportados na tabela 3.

Tabela 3 – Determinantes do nível de divulgação do ativo biológico (DAB)

DAB	Original		Stepwise	
	Coefficiente	Erro-padrão	Coefficiente	Erro-padrão
RAB	1,17*	0,63	0,97*	0,56
TAM	0,00	0,00		
END	0,00	0,00		
LIQ	-0,01	0,04		
INT	0,24*	0,13	0,31**	0,06
GOV	0,11	0,09	0,17**	0,11
AUD	0,06	0,07		
PAI	-0,02	0,09		
Constante	0,26	0,12	0,27	0,06
Normalidade dos resíduos	Sim	p > 0,05	Sim	p > 0,05
Heterocedasticidade	Não	p < 0,05	Sim	p > 0,05
Multicolinearidade	Sim	VIF máx. = 1,85	Sim	VIF máx. = 1,02

Prob F	0,04	0,00
R2	0,48	0,43
R2 ajustado	0,29	0,37

Nota: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$. Os modelos foram estimados substituindo-se a variável END pela ROE. As mesmas variáveis foram significantes e o sentido (positivo) da sua influência não se alterou.

No modelo “original”, apenas as variáveis RAB (coef. = 1,17; $p < 0,10$) e INT (coef. = 0,24; $p < 0,10$) foram relevantes para explicar a variação da divulgação do ativo biológico. Para cada percentual de representatividade do ativo biológico (RAB) que a empresa possuir, 1,17 pontos percentuais são acrescidos ao nível de divulgação do ativo biológico (DAB). Portanto, quanto maior a representatividade do ativo biológico, maior o nível de divulgação. Este achado faz sentido, visto que quando a importância do ativo biológico aumenta dentre todos os ativos da empresa, espera-se que esta divulgue mais sobre este ativo que ganhou representatividade. Além disso, quanto maior for a representatividade das vendas no exterior em relação às vendas totais da companhia (INT), maior tenderá a ser a divulgação do ativo biológico. É possível que os clientes estrangeiros exerçam pressão por quererem estar mais bem informados sobre a empresa da qual estão comprando os produtos. As demais variáveis não foram relevantes para explicar o nível de divulgação. Ainda, recomenda-se que os resultados do modelo “original” sejam vistos com cautela, uma vez que há presença significativa de heterocedasticidade, gerando coeficientes ineficientes e erros-padrão viesados (FÁVERO; BELFIORI, 2017). Por esta razão, foi estimado o modelo “stepwise”, atendendo aos pressupostos da técnica de regressão e evidenciando somente as variáveis significantes.

No modelo “stepwise”, as variáveis RAB (coef. = 0,97; $p < 0,10$), INT (coef. = 0,31; $p < 0,05$) e GOV (coef. = 0,17; $p < 0,05$) tiveram influência significativa sobre o *disclosure* dos ativos biológicos. Esses achados reforçam a importância da representatividade dos ativos biológicos e das vendas externas para o nível de divulgação. Além disso, mostra que a governança corporativa faz com que a empresa divulgue mais sobre o ativo biológico. Em média, se a empresa possui governança corporativa, o nível de *disclosure* tende a aumentar em 0,17 pontos percentuais. Dentre as variáveis que não se mostraram relevantes, destaca-se que o país (PAI) em que a empresa está inserida não influencia relevantemente o nível de divulgação, considerando ambos os modelos de regressão. Portanto, não foram encontradas evidências para sustentar que existem diferenças na divulgação entre empresas brasileiras e argentinas – ainda que a tabela 2 tenha sugerido isso –, *após controlar pelos fatores da Equação (1)*.

A relação positiva entre a representatividade dos ativos biológicos (RAB) e a sua divulgação (DAB) encontrada por este estudo é consistente com a literatura prévia (NOGUEIRA; PIRES, 2017; GONÇALVES; LOPES, 2014; PIRES et al., 2017; MOURA et al., 2016). A principal explicação é de que os usuários da informação contábil esperam que quanto maior a sua representatividade diante do ativo total da companhia, mais informações devem ser divulgadas para entendê-lo. Isso porque a representatividade do ativo biológico corresponde à sua importância para a operação da empresa. A medida que o ativo biológico se torna mais importante, explicações e informações mais granulares podem se fazer necessárias.

A relação positiva entre os stakeholders internacionais (INT), mensurado pela divisão entre as vendas externas e as vendas totais, e a divulgação dos ativos biológicos (DAB) encontrada por este estudo é compatível com os achados de Gonçalves e Lopes (2014), obtidos a partir de uma amostra de 181 empresas de distintos países. A atuação em múltiplas áreas geográficas faz com que a empresa tenha que lidar com diferentes demandas, tornando a divulgação complexa (GONÇALVES; LOPES, 2014). Desta forma, observa-se que uma potencial explicação para os achados desta pesquisa é a de que empresas que também possuem operações fora do país em que foram originalmente estabelecidas divulguem mais informações visando atender as demandas e regulações específicas de cada região de atuação.

O presente estudo encontrou, no modelo “stepwise”, que a governança corporativa tem relação positiva com o nível de divulgação de informações sobre o ativo biológico. Este achado é distinto do de Moura et al. (2016), os quais verificaram que a governança não tem relação relevante. Uma potencial explicação para o achado deste estudo é que, dado que a governança corporativa funciona como um mecanismo de observação da administração e da transparência da empresa, maiores informações necessitam ser divulgadas aos seus usuários. Portanto, o achado desta pesquisa é consistente com a expectativa de associação positiva com o nível de divulgação dos ativos biológicos.

As variáveis TAM, END, ROE, LIQ, AUD e PAI que eram potenciais determinantes do nível de *disclosure* dos ativos biológicos, conforme literatura prévia, não se mostraram relevantes. Uma explicação para esses resultados é de que esses fatores, nas empresas investigadas, não estão intimamente relacionados ao ativo biológico. Por exemplo, o endividamento e rentabilidade podem ser constituídos por conta de outros ativos que não estejam diretamente relacionados aos ativos biológicos. Por isso, menor atenção pode estar sendo dada a estes. Outra possível explicação é de que a amostra é pequena, dificultando a observação de fatores que se mostrariam relevantes caso mais observações fossem analisadas.

5. Considerações Finais

O objetivo do estudo foi investigar quais os fatores que influenciaram a divulgação da IAS 41 nas empresas de capital aberto da Argentina e do Brasil em 2017. Para tanto, foram coletados dados das bolsas de valores de ambos os países, focando-se as empresas que apresentaram saldos de ativo biológicos em seus balanços patrimoniais do referido ano. A amostra total foi composta por 31 empresas argentinas e brasileiras.

A análise do nível de *disclosure* mostrou que, de modo geral, as empresas brasileiras evidenciam mais informações do que as argentinas. A média de divulgação das empresas brasileiras pesquisadas foi de 55,23%, enquanto que das empresas argentinas foi de 41,49%. A média de todas as empresas da amostra foi de 49,46%, o que levanta preocupação, já que há itens da IAS 41 que poderiam ter sido divulgados para uma melhor compreensão desse tipo de ativo.

A análise dos modelos de regressão apontou que a representatividade do ativo biológico (RAB), os stakeholders internacionais (INT) e a governança de corporativa (GOV) tiveram relação positiva com o nível de *disclosure* dos ativos biológicos. Estes resultados sustentam a conclusão de que quanto maior o ativo biológico em relação às aplicações de recursos totais, maior realização de vendas externas em relação às vendas totais e presença de governança corporativa, maior tenderá a ser o índice de *disclosure* dos ativos biológicos.

Algumas implicações do estudo merecem destaque: (i) o nível de *disclosure* das empresas argentinas e brasileiras pode ser ainda mais elevado, considerando os índices obtidos por esta pesquisa; (ii) empresas que visam aumentar a sua divulgação de ativo biológico podem adotar a governança corporativa; (iii) o país da empresa não necessariamente influencia o nível de sua divulgação informacional, ao se controlar por outros fatores; e (iv) as evidências corroboram os resultados de estudos prévios, ampliando e reforçando a repetição do fenômeno (sobretudo, relação entre DAB e RAB) em dois países líderes na área de agronegócio da América Latina.

Como limitações da pesquisa, indica-se que a pesquisa analisou apenas o ano de 2017. Isso se deve, principalmente, ao esforço significativo empregado para a obtenção dos índices do *disclosure*, em que a nota explicativa de cada empresa precisa ser consultada para o preenchimento do checklist. Entretanto, para pesquisas futuras, é interessante e importante que uma análise longitudinal seja conduzida. Outra limitação é a quantidade de empresas da amostra. Neste estudo, focalizaram-se os dois países com a maior exportação de produtos

agrícolas. Reconhece-se, no entanto, que outro critério ou característica pode ser levado em conta na análise dos países. Por esta razão, sugere-se que estudos futuros ampliem os países analisados. Alerta-se, no entanto, que as notas explicativas podem estar escritas em línguas que não são de domínio dos pesquisadores. Portanto, a escolha dos países e da realização de parcerias com outros pesquisadores são fundamentais.

6. Referências

- ARIMANYA, N.; FARRERAS, M. À.; RABASEDA, J. Alejados de la NIC 41: ¿Es correcta la valoración del patrimonio neto de las empresas agrarias?. **Economía Agraria y Recursos Naturales**, v. 13, n. 1, p. 27-50, 2013.
- BALL, R. International Finance Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, n. 1, p. 5-27, 2006.
- BRAVO, F.; ABAD, C.; TROMBETTA, M. Methodological and empirical analysis of problems in the measurement of voluntary disclosure. **Proceedings of European Accounting Association Annual Congress**, v. 31, n. April, 2008.
- BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Transparency, Financial Accounting Information, and Corporate Governance. **Federal Reserve Bank of New York Economic Policy Review**, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2003.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola**. São Paulo: CPC, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC Nº 1.055/05**. Brasília: CFC, 2005. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- CONSONI, S.; COLAUTO R. D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 2016.
- COSTA, I. L. B.; CORREIA, T. S.; MACHADO, M. R.; LUCENA, W. G. L. Disclosure dos Passivos Contingentes: Análise Comparativa entre Empresas de Mercado Aberto no Brasil e Austrália. **Revista Pensar Contábil**, v. 19, n. 60, p. 54-66, 2017.
- DYE, R. A. An evaluation of ‘essays on disclosure’ and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 13, p.181-235, 2001.
- FARIAS, R. B.; HUPPES, C. M.; LOPES, A. C. V.; NORILLER, R. M. Fatores Explicativos do Índice de Disclosure das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, XIII, 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos162016/165.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FRANCIS, J.; NANDA, D.; OLSON, P. Voluntarily disclosure, information quality, and costs of capital. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A.; WATERHOUSE, J. The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and process. **Journal of Accounting Research**, v. 28, n. 1, p. 121-143, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, R.; LOPES, P. Firm-specific determinants of agricultural financial reporting. **Procedia - Social And Behavioral Sciences: Contemporary Issues in Business, Management and Education**, v. 110, n. 1, p. 470-481, 2014.

GUIA, L. D.; MENEZES JUNIOR, C. B.; SERRANO, A. L. M.; FRANCO, V. R. Nível de Disclosure: análise das empresas brasileiras listadas na New York Stock Exchange. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 5, n. 1, p. 43-57, 2018.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HEALY, P. M.; HUTTON, A.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1, p. 405-440, 2001.

HOLANDA, A. P.; MENESES, A. F.; MAPURUNGA, P. V. R.; DE LUCA, M. M. M.; COELHO, A. C. D. Determinantes do Nível de Disclosure em Clubes Brasileiros de Futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Econômicas da UERJ**, v. 17, n. 1, p. 2-17, 2012.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. **IAS 41 - Agriculture**. IASB: Londres, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

LANZANA, A. P. **Relação entre o disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2004.

LIMA, S. L. L. **Fatores que influenciam a probabilidade das práticas de disclosure de informações financeiras das empresas**. 2018. 125 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.

MORALES, A. M. C. Experiências Latino-americanas relacionadas com a normatização contábil internacional. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Militar Nueva Granada**, v. 18, n. 2, p. 207-226, 2010.

MOURA, P. J. P.; CARMO, H. S.; RIBEIRO, A. M.; PEREIRA, E. M. Fatores explicativos do nível de conformidade da divulgação contábil requerida dos ativos biológicos das empresas listadas na bm&fbovespa. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 20º, 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CFC, 2016.

NOGUEIRA, D. R.; PIRES, P. A. S. Nível de Disclosure do CPC 29 Ativos Biológicos: Análise dos fatores determinantes nas companhias brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, n. 1, p. 38-54, 2017.

OLIVEIRA, K. G.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F.; PEREIRA, C. C. Evidenciação dos fatores contingenciais nas empresas do setor do agronegócio, segundo os preceitos da Teoria Contingencial. **Custos e @gronegócio on line**, v. 12, n. 1, p. 49-72, 2016.

OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. **Journal Of Human Resource Costing & Accounting**, v. 10, n. 1, p. 11-33, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. 2017. **Informação sobre comércio internacional e acesso aos mercados**. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/statis_bis_s.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState=%7B%2522impl%2522:%2522client%2522,%2522params%2522:%2522langParam%2522:%2522en%2522%7D%7D>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PENHA, R. S.; NASCIMENTO, M. C. C. S. A.; BATISTA, A. T. N.; TAVEIRA, L. D. B.; SALES, H. L. Disclosure quanto à Nova Forma de Mensuração e Reconhecimento sobre Plantas Portadoras (Bearer Plants). **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 6, n. 25, p. 20-33, 2018.

PIRES, P. A. S.; BOTELHO, D. R.; TORTOLI, J. P.; RECH, I. J. Estudo da associação entre o nível de evidenciação e o grau de concentração da propriedade nas empresas brasileiras que exploram ativos biológicos. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 20º, 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2016.

PIRES, P. A. S.; FORNE, L. H. L.; GOMES, K. C.; NOGUEIRA, D. R. Representatividade dos ativos biológicos e o nível do disclosure do cpc 29: uma análise com as companhias de capital aberto brasileiras de 2009 a 2013. **Custos e @gronegócios Online**, v. 13, n. 1, p. 422-441, 2017.

ROVER, S. **Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil**. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

ROVER, S.; MURCIA, F. D. Influência do disclosure voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio das empresas brasileiras. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de pós-graduação em Contabilidade, 2010, Natal-RN. **Anais [...]**. Natal: ANPAD, 2010.

SANTOS, A. G. **Comitê de Auditoria: Uma análise baseada na divulgação das informações de empresas brasileira**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SILVA, C. R. M.; VIANA JÚNIOR, D. B. C.; LIMA, D. S. V. R. A teoria do disclosure à luz da teoria da sinalização: implicações na continuidade da firma. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 5, n. 1, p. 138-151, 2017.

SILVA, R. L. M.; FIGUEIRA, L. M.; PEREIRA, L. T. O. A.; RIBEIRO, M. S. CPC 29: Uma Análise dos Requisitos de Divulgação entre Empresa de Capital Aberto e Fechado do Setor de Agronegócios. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, p. 26-49, 2013.

SILVA, R. L. M. Mensuração de plantas portadoras. In: NAKAO, Sílvia Hiroshi (Coord.). **Contabilidade financeira no agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2017.

SOUZA, P.; ALMEIDA, S. Factors related to the Brazilian companies' disclosure level with open capital listed on the BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 166-186, 2017.

TALASKA, A.; OLIVEIRA, D. L. Nível de disclosure de ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA: análise pós-adoção do valor justo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, v. 21, n. 3, p. 22-39, 2016.

VERRECHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 3, p. 97-180, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação Contábil**: Estudo sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo. Atlas, 2006.

ZEFF, S. A. A evolução do IASC para IASB e os desafios enfrentados. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 1, p. 300-320, 2012.